

8

O debate sobre o utilitarismo

O credo que aceita [...] o princípio da maior felicidade [...] sustenta que as ações são corretas [...] quando elas tendem a promover a felicidade e erradas quando elas tendem a produzir o inverso da felicidade.

John Stuart Mill, *Utilitarianism* (1861)

O homem não luta por felicidade; somente o homem inglês faz isso.

Friedrich Nietzsche, *Twilight of the Idols* (1889)

A VERSÃO CLÁSSICA DA TEORIA

O utilitarismo clássico pode ser resumido em três proposições: (a) a moralidade de uma ação depende somente das suas consequências, nada mais interessa; (b) as consequências de uma ação importam somente na medida em que envolvem uma maior ou menor felicidade dos indivíduos; (c) no tratamento das consequências, a felicidade de cada indivíduo recebe “igual consideração”. Isso significa que quantidades iguais de felicidade sempre contam igualmente; o bem-estar de ninguém importa mais somente porque é rico, vamos dizer, ou poderoso ou bonito. De acordo com o utilitarismo clássico, uma ação é correta se ela produz a maior soma possível de felicidade sobre a infelicidade.

O utilitarismo clássico foi desenvolvido e defendido por três dos maiores filósofos do século XIX na Inglaterra: Jeremy Bentham (1748-1832), John Stuart Mill (1806-1873) e Henry Sidgwick (1838-1900). Graças em parte a seu trabalho, o utilitarismo tem tido uma influência profunda no pensamento moderno. A maioria dos filósofos morais, contudo, rejeitam a teoria. A seguir, discutiremos algumas das objeções que tornaram a teoria impopular. Ao examinar esses argumentos, ponderaremos também algumas das questões mais profundas da teoria ética.

O PRAZER É TUDO O QUE IMPORTA?

A questão “Quais coisas são boas?” é diferente da questão “Quais ações são justas?”. O utilitarismo responde a segunda questão em referência à primeira. Ações justas são as que produzem o maior bem. Mas o que é o bem? A resposta utilitarista é: a felicidade. Como Mill apresenta: “A doutrina utilitarista é que a felicidade é desejável e é a única coisa desejável como um fim. Todas as outras coisas só são desejáveis como um meio para esse fim”.

Mas o que é a felicidade? De acordo com os utilitaristas clássicos, a felicidade é prazer. Os utilitaristas entendem o “prazer” de forma ampla, para incluir todos os estados mentais sentidos como sendo bons. Um sentido de realização, um gosto delicioso e a consciência intensa que advém no clímax de um filme de suspense são todos exemplos de prazer. A tese de que o prazer é o bem último – e a dor o mal último – é conhecida desde a antiguidade como hedonismo. A ideia de que as coisas são boas ou más em razão de como as *sentimos* sempre teve seguidores na filosofia. No entanto, uma pequena reflexão parece revelar falhas nessa teoria.

Considere estes dois exemplos:

- *Você pensa que alguém é seu amigo, mas ele ridiculariza você pelas costas. Ninguém lhe informa isso, assim, você nunca saberá. É isso desventurado para você? Os hedonistas teriam que dizer que não é, porque nunca lhe seria causada dor alguma. Ainda assim, nós acreditamos que há alguma coisa que não vai bem. Você está sendo maltratado, ainda que você não esteja ciente disso e não sofra infelicidade.*
- *As mãos de uma pianista promissora são feridas em um acidente de carro, de tal forma que ela não pode mais tocar piano. Por que isso é ruim para ela? Os hedonistas diriam que é ruim porque lhe causa dor e elimina uma fonte de alegria para ela. Mas suponha que ela encontre alguma outra coisa que a alegre tanto quanto – suponha, por exemplo, que ele obtenha tanto prazer assistindo à televisão quanto ela obtinha tocando piano. Por que o seu acidente seria uma tragédia? O hedonista somente pode dizer que ela se sentirá frustrada e triste quando ela pensar em como poderia ter sido, sendo *essa* a sua desventura. Mas essa explicação faz as coisas andarem para trás. Não é como se pela sensação de tristeza ela transformasse uma*

situação neutra em uma situação ruim. Ao contrário, a situação ruim é o que a faz infeliz. Ela poderia ter se tornado uma grande pianista e agora ela não se tornará. Nós não podemos eliminar a tragédia pondo-a para ver televisão e animando-a.

Esses exemplos têm base em uma mesma ideia: nós valorizamos outras coisas além do prazer. Por exemplo, valorizamos a amizade e a criação artística. Essas coisas nos fazem felizes, mas não é esta a única razão pela qual nós as valorizamos. Parece como uma desgraça perdê-las, mesmo que não haja perda da felicidade.

Por essa razão, a maioria dos utilitaristas da atualidade rejeitam a assunção clássica do hedonismo. Alguns deles ignoram a questão do que é bom, dizendo somente que as ações justas são aquelas que têm os melhores resultados, não importando a medida na qual eles são medidos. Outros utilitaristas, como é o caso do filósofo inglês G. E. Moore (1873-1958), compilaram listas de coisas para serem vistas como valiosas em si mesmas. Moore sugere que há três bens intrínsecos óbvios – prazer, amizade e fruição estética. Assim, as ações justas são aquelas que aumentam o suprimento mundial de tais coisas. Outros, ainda, dizem que devemos agir de tal modo a maximizar a satisfação das *preferências* das pessoas. Nós não discutiremos os méritos e deméritos dessas teorias do bem. Eu as menciono somente para notar que, mesmo o hedonismo tendo sido amplamente rejeitado, utilitaristas contemporâneos não encontraram dificuldade para seguir em frente.

AS CONSEQUÊNCIAS SÃO TUDO O QUE IMPORTA?

Para determinar se uma ação é correta, os utilitaristas acreditam que devemos olhar para *o que acontece como resultado da ação*. Esta ideia é central para a teoria. Se outras coisas além das consequências são importantes para determinar o que é correto, então o utilitarismo seria incorreto. Aqui, há três argumentos que atacam a teoria justamente nesse ponto.

Justiça

Em 1965, ao escrever no clima radicalmente carregado do movimento americano pelos direitos civis, H. J. McCloskey pede-nos para considerar o seguinte exemplo:

Suponha que um utilitarista estivesse de visita em uma área na qual houve luta racial e que, durante a sua visita, um negro estupe uma mulher branca e que motins raciais ocorram como um resultado do crime [...] Suponha também que nosso utilitarista esteja na área do crime quando é cometido o crime de tal forma que o seu testemunho poderia levar à condenação de [qualquer um que ele acuse]. Se ele soubesse que uma prisão rápida pararia os motins e linchamentos, certamente, como um utilitarista, ele teria que concluir que ele teria o dever de sustentar falso testemunho para levar à punição uma pessoa inocente.

Tal acusação teria consequências ruins – o homem inocente poderia ser condenado – mas haveria boas consequências suficientes para pesar mais do que aquelas ruins: os motins e linchamentos poderiam parar e muitas vidas poderiam ser salvas. Desse modo, o melhor resultado seria alcançado pela sustentação de falso testemunho. Portanto, de acordo com o utilitarismo, mentir seria a coisa certa a fazer. Mas, continua o argumento, seria errado levar à condenação uma pessoa inocente. Portanto, o utilitarismo tem que ser incorreto.

De acordo com os críticos do utilitarismo, esse argumento ilustra uma das mais sérias deficiências da teoria, nomeadamente, que ela é incompatível com o ideal de justiça. A justiça requer que nós tratemos as pessoas equitativamente, de acordo com os méritos de suas situações particulares. No exemplo de McCloskey, o utilitarismo requer que tratemos alguém de forma não equitativa. Portanto, o utilitarismo não pode ser correto.

Direitos

Aqui é um exemplo de um tribunal americano de apelação. No caso *York v. Story* (1963), advindo da Califórnia:

Em outubro de 1958, a apelante [Senhorita Angelynn York] foi ao departamento de polícia de Chino para fazer um boletim de ocorrência em relação a um assalto que tinha sofrido. O apelado, Ron Story, um policial do departamento de polícia, sob os trajes de sua autoridade, avisou a apelante de que era necessário tirar algumas fotos dela. Então Story levou a apelante até uma sala na central de polícia, chaveou a porta e ordenou que ela tirasse a roupa, o que ela fez. Story, então, ordenou à apelante que assumisse várias posições indecentes e a fotografou nessas posições. Essas fotografias não foram feitas para qualquer finalidade legal ou legítima.

A apelante objetou para se despir. Ela disse a Story que não havia necessidade de tirar fotografias dela nua ou nas posições em que ela foi ordenada a fazer porque a lesão não apareceria em nenhuma fotografia [...].

Mais tarde naquele mês, Story avisou à apelante que as fotos não tinham saído e que ele as tinha destruído. Em vez disso, Story circulou as fotografias entre o pessoal do departamento de polícia de Chino. Em abril de 1960, dois outros policiais daquele departamento, apelado Louis Moreno e o acusado Henry Grote, agindo sob o manto de sua autoridade e usando o equipamento de fotografia da polícia da central de política, fizeram fotos adicionais tiradas por Story. Moreno e Grote, então, circularam essas fotos entre o pessoal do departamento de polícia de Chino.

A Senhorita York moveu um processo contra esses policiais e ganhou. Seus direitos legais tinham sido claramente violados. Porém, o que dizer sobre a *moralidade* do comportamento dos policiais? Os utilitaristas dizem que as ações são defensáveis se elas produzirem uma balança favorável entre a quantidade de infelicidade causada a York e o prazer que as fotografias deram ao policial Story e aos outros. É ao menos possível que mais felicidade do que infelicidade tenha sido criada. Neste caso, a conclusão utilitarista deveria ser que as suas ações foram moralmente aceitáveis. Mas isso parece perverso. Por que o prazer de Story e de seus amigos deveria ter alguma importância? Eles não tinham o direito de tratar York desse modo, e o fato de eles terem desfrutado da ação dificilmente parece relevante.

Considere um caso relacionado a esse. Suponha que um *voyeur* espionou uma mulher através da janela de seu banheiro e fez fotos, secretamente, dela nua. Suponha que ele nunca seja descoberto e que nunca mostre as fotos para mais ninguém. Nessas circunstâncias, a única consequência de sua ação parece ser um aumento de sua felicidade. A ninguém mais, incluindo a mulher, é causada qualquer infelicidade. Como, então, poderia o utilitarismo negar que a ação do *voyeur* é correta? O utilitarismo, novamente, parece ser inaceitável.

O ponto-chave do utilitarismo é que ele está em desacordo com a ideia de que as pessoas têm *direitos* que não podem ser pisoteados meramente porque se antecipam bons resultados. Nesses exemplos, o direito da mulher à privacidade é violado. Mas nós podemos pensar em casos similares em que outros direitos estão em questão – o direito de culto livre, o direito de falar o que se tem em mente ou mesmo o direito de viver. Sob o ponto de vista do utilitarismo, os direitos de um indivíduo podem sempre ser pisoteados se um número suficiente de pessoas se beneficiarem do pisoteamento. Assim, o utilitarismo tem sido acusado de apoiar a “tirania da maioria”: se a maioria das pessoas tivesse prazer no abuso dos direitos de alguém, então se deveria abusar dele, porque o prazer da maioria suplanta o sofrimento de uma pessoa. Porém, nós não pensamos que nossos direitos individuais devam significar tão pouco, moralmente. A noção de um direito individual não é uma noção utilitarista. É totalmente o contrário: é uma noção

que põe limites em como um indivíduo pode ser tratado, independentemente do bem que poderia ser conseguido.

Razões do passado

Suponha que você tenha prometido fazer alguma coisa – digamos, você prometeu encontrar a sua amiga em um bar esta noite. Mas, quando o tempo está para chegar, você não quer mais ir. Você precisa recuperar o atraso de algum trabalho e preferiria ficar em casa. Você tenta ligar para ela para cancelar, mas ela não está respondendo ao telefone celular. O que você deve fazer? Suponha que você julgue que a utilidade de ter o seu trabalho feito tenha uma leve vantagem sobre a irritação que a sua amiga poderia experimentar. Pela aplicação do padrão utilitarista, você poderia concluir que ficar em casa seria melhor do que manter a sua promessa. Porém, isso não parece correto. O fato de você ter *prometido* impõe uma obrigação sobre você da qual você não pode escapar tão facilmente. Naturalmente, se algo importante estivesse em questão – se, por exemplo, você tivesse que levar a sua mãe para o hospital – você estaria justificado em quebrar a promessa. Mas um *pequeno* ganho de felicidade não pode se sobrepor à obrigação criada pela sua promessa. A obrigação deveria significar alguma coisa, moralmente. Assim, o utilitarismo, mais uma vez, parece equivocado.

Essa crítica é possível porque o utilitarismo considera somente as *consequências* de nossas ações. Porém, nós pensamos que também considerações sobre o passado são importantes. Você fez uma promessa para a sua amiga. Esse é um fato sobre o passado. O utilitarismo parece falho porque ele exclui tais razões do passado.

Uma vez que entendemos esse ponto, podemos pensar em outros exemplos de razões do passado. O fato de alguém ter cometido um crime é uma razão para puni-lo. O fato de alguém ter feito um favor para você na última semana é uma razão para você fazer a ele um favor na próxima semana. O fato de você ter machucado alguém ontem é uma razão para fazer as pazes com ele hoje. Todos estes são fatos do passado que são relevantes para determinar nossas obrigações. Mas o utilitarismo torna o passado irrelevante e por isso ele parece falho.

NÓS DEVERÍAMOS TER CONSIDERAÇÃO POR TODOS, IGUALMENTE?

A última parte do utilitarismo diz que devemos tratar a felicidade de cada pessoa como igualmente importante – ou, como Mill coloca, nós temos que ser “tão estritamente imparciais quanto um espectador desinteressado e benevolente”.

Estabelecido de forma abstrata, isso parece plausível, porém tem implicações problemáticas. Um problema é que a exigência de “igual consideração” põe uma demanda demasiada sobre nós. Outro problema é que isso rompe nossas relações pessoais.

A acusação de que o utilitarismo é exigente demais

Suponha que você esteja a caminho do cinema quando alguém lhe assinala que o dinheiro que você está prestes a gastar poderia ser usado para alimentar os famintos ou providenciar vacinas para crianças do terceiro mundo. Certamente, tais pessoas precisam de comida e remédios mais do que você tem necessidade de ver Brad Pitt e Angelina Jolie. Assim, você esquece o seu entretenimento e doa o seu dinheiro para a caridade. Mas isso ainda não é o fim. Pelo mesmo raciocínio, você não pode comprar roupas novas, um carro, um iPhone ou um Playstation. Provavelmente, você deveria mudar para um apartamento mais barato. Afinal, o que é mais importante – você ter esses luxos ou aquelas crianças terem comida?

De fato, a fiel adesão ao padrão utilitarista requereria de você doar a sua riqueza até que você ficasse tão pobre quanto as pessoas que você está ajudando. Ou melhor, você necessitaria ficar somente com o suficiente para manter o seu emprego, pois assim você poderia continuar a doar. Ainda que possamos admirar alguém que faz isso, não pensamos que tal pessoa está somente “fazendo o seu dever”. Em vez disso, vê-la-íamos como uma pessoa santa, cuja generosidade foi *além* do que chamamos de dever. A filosofia chama tais ações de *super-rogoratórias*. Mas o utilitarismo parece incapaz de reconhecer essa categoria moral.

O problema não é meramente que o utilitarismo requereria de nós doar a maior parte de nossas coisas. Ele também nos impediria de continuar com nossas vidas. Nós todos temos objetivos e projetos que tornam as nossas vidas significativas. Porém, uma ética que requer de nós promover o bem-estar geral nos forçaria a abandonar tais esforços. Suponha que você seja um *webdesigner*, que não fica rico, mas tem uma vida decente. Você tem duas crianças que você ama. Nos finais de semana, você gosta de atuar em um grupo de teatro amador. Em acréscimo, você gosta de ler história. Como poderia haver alguma coisa errada com isso? Mas, julgado pelo padrão utilitarista, você está levando uma vida imoral. Afinal, você poderia produzir uma quantidade de bem maior se você usasse o seu tempo de outros modos.

A acusação de que o utilitarismo perturba as nossas relações pessoais

Na prática, ninguém de nós está disposto a tratar a todos igualmente porque isso exigiria desistir de nossos laços com amigos e família. Nós todos somos profundamente parciais quando a nossa família e os amigos estão em questão. Nós os amamos e vamos muito longe para ajudá-los. Para nós, eles não são somente membros da grande multidão da humanidade – eles são especiais. Mas tudo isso é inconsistente com a imparcialidade. Quando você é imparcial, você perde a intimidade, o amor, a afeição e a amizade.

Nesse ponto, o utilitarismo parece ter perdido todo o contato com a realidade. O que seria de alguém considerar o seu cônjuge não mais do que considerar completos estranhos? A simples ideia é absurda. Não somente é contrária às emoções humanas normais, como relações amorosas nem mesmo poderiam existir à parte das obrigações e responsabilidades especiais. Novamente, como seria tratar as próprias crianças com não mais amor do que se tem por estranhos? Como John Cottingham colocou: “Um pai que deixa a sua criança queimar” porque “o prédio contém alguma outra pessoa cuja contribuição ao bem-estar geral promete ser maior, não é um herói; ele é (corretamente) um objeto de desprezo moral, um leproso moral”.

A DEFESA DO UTILITARISMO

Juntas, essas objeções parecem decisivas. O utilitarismo parece não ter consideração com a justiça e com os direitos individuais. Acima de tudo, ele não dá conta das razões passadas. Se vivêssemos de acordo com a teoria, nos tornaríamos pobres e teríamos que parar de amar a nossa família e os nossos amigos.

Por esse motivo, a maioria dos filósofos abandonou o utilitarismo. Porém, alguns filósofos continuam a defendê-lo. Eles fazem isso de três modos diferentes.

A primeira defesa: contestando as consequências

A maioria dos argumentos contra o utilitarismo é como este: a situação é descrita; então afirma-se que algumas ações particulares (vis!) poderiam ter consequências melhores sob tais circunstâncias; então o utilitarismo é julgado falho por advogar tal ação. Esses argumentos, porém, somente são bem-sucedidos se a ação

que eles descrevem realmente tiverem as melhores consequências. Teriam eles? De acordo com a primeira defesa, eles não teriam.

Considere, por exemplo, o argumento de McCloskey no qual o utilitarismo apoiaria prender uma pessoa inocente para parar um motim racial. No mundo real, sustentar falso testemunho desse modo realmente teria boas consequências? Provavelmente não. O mentiroso poderia ser descoberto e, então, a situação poderia ser pior do que antes. E mesmo que o mentiroso fosse bem-sucedido, o verdadeiro culpado permaneceria à solta e poderia cometer mais crimes, ao que se seguiriam mais motins. Além disso, se a parte culpada fosse mais tarde pega, o que é sempre possível, o mentiroso poderia estar com problemas graves e a confiança na justiça criminal poderia ser corroída. A moral da história é que embora se possa *pensar* que seja possível acarretar as melhores consequências com tal comportamento, de fato, a experiência ensina o contrário: a utilidade não funciona prendendo-se pessoas inocentes.

O mesmo se passa para os outros argumentos. Mentir, violar os direitos das pessoas, quebrar as promessas e cortar as relações íntimas, tudo isso tem más consequências. Somente na imaginação dos filósofos é diferente. No mundo real, *voyeurs* são pegos, tanto quanto o policial Story foi pego, e suas vítimas pagaram o preço. No mundo real, quando as pessoas mentem, as suas reputações sofrem e outras pessoas ficam machucadas. Quando as pessoas quebram as suas promessas e não fazem favores em troca, elas perdem os seus amigos.

Portanto, essa é a primeira defesa. Desafortunadamente, ela não é muito efetiva. Ainda que seja verdade que a *maioria* dos atos de falso testemunho e semelhantes tenham más consequências, não se pode dizer que *todos* eles tenham más consequências. Pelo menos de vez em quando pode-se chegar a um bom resultado fazendo algo repugnante ao senso comum moral. Portanto, ao menos em alguns casos reais da vida, o utilitarismo conflitará com o senso comum. Ainda mais, mesmo que os argumentos antiutilitaristas tenham que se basear em exemplos ficcionais, tais exemplos retêm o seu poder. Teorias como a utilitarista se supõem aplicáveis a *todas* as situações, incluindo situações que são meramente hipotéticas. Assim, mostrar que o utilitarismo tem implicações inaceitáveis em casos inventados é um modo válido de criticá-lo. A primeira defesa, portanto, é fraca.

A segunda defesa: o princípio da utilidade é um guia para escolher regras, não atos

Revisar uma teoria é um processo de dois passos: primeiro, você identifica qual o aspecto da teoria que precisa ser trabalhado; segundo, você muda somente aque-

le aspecto, deixando intacto o resto da teoria. Qual o aspecto do utilitarismo clássico que causa o problema?

A assunção problemática é aquela de que *cada ação individual* deve ser julgada pelo padrão utilitarista. A análise do caráter errado da mentira em uma situação particular depende das consequências de *dizer aquela mentira em particular*; se você deve manter uma promessa em particular, depende das consequências de *manter aquela promessa em particular*; e assim para cada um dos exemplos que consideramos. Se aquilo com que nós nos preocupamos é com as consequências das ações particulares, então podemos sempre inventar circunstâncias nas quais uma ação horrível teria as melhores consequências.

Portanto, a nova versão do utilitarismo modifica a teoria de tal forma que as ações em particular não são mais julgadas pelo princípio da utilidade. Em vez disso, nós primeiro perguntamos qual *conjunto de regras* é ideal de um ponto de vista utilitarista. Em outras palavras, que regras deveríamos nós seguir para maximizar a felicidade? Atos em particular seriam, então, julgados de acordo com a sua conformidade a essas regras. Esta nova versão da teoria é chamada de “utilitarismo de regra”, para distingui-lo da teoria original, agora comumente chamada de “utilitarismo de ato”.

O utilitarismo de regra foi uma resposta fácil aos argumentos antiutilitaristas. Um utilitarista de ato incriminaria o homem inocente no exemplo de McCloskey porque as consequências *daquele ato em particular* seriam boas. Mas o utilitarista de regra não raciocinaria desse modo. Ele primeiro perguntaria quais regras de conduta tenderiam a promover a maior felicidade? Uma boa regra seria: “Não cometas falso testemunho contra o inocente”. Esta regra é simples, fácil de lembrar e de seguir. Quase sempre ela aumenta a felicidade. Apelando a ela, o utilitarista de regra pode concluir que, no exemplo de McCloskey, nós não devemos testemunhar contra o homem inocente.

Raciocínio similar pode ser usado para estabelecer regras contra a violação dos direitos das pessoas, quebrar promessas, mentir, trair os amigos, e assim por diante. Nós devemos aceitar tais regras porque segui-las como uma prática regular promove a felicidade geral. Assim, nós não mais julgamos atos pela sua utilidade, mas pela sua conformidade com essas regras. Portanto, o utilitarismo de regra não pode ser condenado por violar o nosso senso comum moral. Ao mudar a ênfase da justificação dos atos para a justificação das regras, o utilitarismo foi posto em acordo com nossos julgamentos intuitivos.

Porém, um problema sério com o utilitarismo de regras se levanta quando perguntamos se as regras ideais têm *exceções*. As regras têm que ser seguidas não importa o que aconteça? E que tal se um ato “proibido” pudesse aumentar

grandemente o bem geral? O utilitarista de regra pode dar qualquer uma das três respostas seguintes.

Primeira, se ele disser que em tais casos podemos violar as regras, então isso seria como se ele quisesse avaliar as ações caso a caso. Isso é utilitarismo de ato, não utilitarismo de regra.

Segunda, ele pode sugerir que formulemos as regras de tal modo que a sua violação nunca aumentará a felicidade. Por exemplo, em vez de usar a regra “não cometa falso testemunho contra o inocente”, nós poderíamos usar a regra “não cometa falso testemunho contra o inocente, a menos que fazendo isso realize algum bem maior”. Se mudamos todas as regras desse modo, então, na prática, o utilitarismo de regra seria exatamente como o utilitarismo de ato: as regras que seguimos sempre diriam para escolhermos o ato que promove a maior felicidade. Mas, agora, o utilitarismo de regra não providencia uma resposta para os argumentos antiutilitaristas. Assim como o utilitarismo de ato, o utilitarismo de regra também nos diz para incriminar o inocente, quebrar nossas promessas, espionar as pessoas em suas casas, e assim por diante.

Finalmente, o utilitarismo de regra pode afirmar o seu fundamento e dizer que nunca devemos quebrar as regras, mesmo para promover a felicidade. J. J. C. Smart (1920-) diz que uma tal pessoa sofre de um “culto da regra” irracional. O que quer que se possa pensar disso, essa versão do utilitarismo de regra não é realmente uma teoria utilitarista. O utilitarismo se importa somente com a felicidade e com as consequências, porém essa teoria se importa com seguir regras. Assim, a teoria é uma mistura de utilitarismo e de alguma outra coisa completamente diferente. Para parafrasear um escritor, este tipo de utilitarismo de regra é como uma espécie de patinho de borracha: assim como um patinho de borracha não é uma espécie de pato, esse tipo de utilitarismo de regra não é uma espécie de utilitarismo. Desse modo, não podemos defender o utilitarismo apelando a esse tipo.

A terceira defesa: o “senso comum” está errado

Finalmente, alguns utilitaristas ofereceram uma resposta bem diferente às objeções. Uma vez dito que o utilitarismo conflita com o senso comum, eles respondem: “E daí?”. Analisando a sua própria defesa do utilitarismo, J. J. C. Smart escreve:

Admitidamente, o utilitarismo tem consequências que são incompatíveis com a consciência moral comum, mas eu tendo a tomar o ponto de vista “tanto

pior para a consciência moral comum”. Isto é, eu estou inclinado a rejeitar a metodologia comum de testar princípios éticos gerais analisando como eles se ajustam aos nossos sentimentos em casos particulares.

Essa espécie de utilitarismo – intransigente e sem remorso – pode oferecer três respostas aos argumentos antiutilitaristas.

A primeira resposta: todos os valores têm uma base utilitarista

Os críticos do utilitarismo dizem que a teoria não pode dar sentido a alguns de nossos valores mais importantes – como o valor que atribuímos a dizer a verdade, manter promessas, respeitar a privacidade dos outros e amar nossas crianças. Considere, por exemplo, mentir. A maior razão para não mentir, os críticos dizem, não tem nada a ver com consequências ruins. A razão é que mentir é desonesto, trai a confiança das pessoas. Este fato não tem nada a ver com o cálculo utilitarista de benefícios. A honestidade tem um valor sobre e acima de qualquer valor que o utilitarismo possa reconhecer. O mesmo é verdade sobre manter as promessas, respeitar a privacidade dos outros e amar as nossas crianças.

Mas, de acordo com filósofos como Smart, devemos pensar sobre esses valores cada um a seu tempo e considerar por que eles são importantes. Quando as pessoas mentem, as mentiras são frequentemente descobertas, e aqueles que são traídos se sentem feridos e com raiva. Quando as pessoas quebram as suas promessas, elas irritam os seus vizinhos e afastam os seus amigos. Alguém cuja privacidade é violada pode se sentir humilhado e querer se afastar dos outros. Quando as pessoas não consideram mais as suas crianças do que elas consideram pessoas estranhas, as suas crianças não se sentem amadas e um dia elas também podem se tornar pais que não amarão. Todas essas coisas reduzem a felicidade. Longe de estar em oposição com a ideia de que devemos ser honestos, fidedignos, respeitosos e amorosos com nossas crianças, o utilitarismo explica por que tais coisas são boas.

Além disso, esses deveres só parecem fazer sentido segundo a explicação utilitarista. O que poderia ser mais estranho do que dizer que mentir é errado “em si mesmo”, independentemente de qualquer dano que possa causar? Como podem as pessoas ter um “direito à privacidade” a menos que o respeito a tal direito lhes dê algum benefício? Segundo esse modo de pensar, o utilitarismo não é incompatível com o senso comum, ao contrário, o utilitarismo justifica os valores do senso comum que nós temos.

A segunda resposta: nossas reações viscerais não são confiáveis quando os casos são excepcionais

Ainda que alguns casos de injustiça possam servir ao bem comum, tais casos são exceções. Mentir, quebrar promessa e violar a privacidade, em geral, levam à infelicidade, não à felicidade. Essas observações formam a base de uma outra resposta utilitarista.

Considere de novo o exemplo de McCloskey da pessoa tentada a prestar falso testemunho. Por que nós imediata e intrinsecamente acreditamos que é errado prestar falso testemunho contra uma pessoa inocente? A razão, dizem alguns, é que durante toda a nossa vida vimos mentiras trazerem miséria e desgraça. Assim, *nós instintivamente condenamos todas as mentiras*. Mas, quando condenamos mentiras que são benéficas, nossas faculdades intuitivas falham. A experiência nos ensinou a condenar as mentiras porque elas reduzem a felicidade. Agora, porém, estamos condenando mentiras que aumentam a felicidade. Quando nos confrontamos com casos não usuais, como o exemplo de McCloskey, talvez devêssemos confiar mais no princípio de utilidade do que em nossas reações viscerais.

A terceira resposta: nós devemos focalizar em todas as consequências

Quando somos solicitados a considerar a “desprezível” ação que maximiza a felicidade, a ação é frequentemente apresentada de um modo que nos encoraja a focalizar nos seus efeitos ruins, em vez de nos seus efeitos bons. Se, em vez disso, nós focalizarmos em *todos* os efeitos do ato, o utilitarismo parece mais plausível.

Considere ainda uma vez o exemplo de McCloskey, que diz que seria errado condenar um homem inocente porque isso seria injusto. Mas e as *outras* pessoas inocentes que serão feridas se os motins e linchamentos continuarem? E sobre a dor que deverão amargar aqueles que serão espancados e torturados pela multidão? E as mortes que ocorrerão se o homem não mentir? Crianças irão perder os seus pais e pais irão perder as suas crianças. Naturalmente, nós nunca queremos enfrentar uma situação como essa. Mas, se tivermos que escolher entre evitar a condenação de uma pessoa inocente e permitir as mortes de várias pessoas inocentes, é tão desarrazoado pensar que a primeira opção é preferível?

Considere de novo a objeção de que o utilitarismo é exigente demais porque ele nos diz para usar os nossos recursos para alimentar as crianças famintas em vez de usar tais recursos para nós mesmos. Se focalizarmos os nossos pensamentos sobre aqueles que irão passar fome, a demanda do utilitarismo parece desarrazoada? Não é ser condescendente conosco mesmos dizer que o utilitarismo é “exigente demais”, em vez de dizer que deveríamos fazer mais para ajudar?

Essa estratégia funciona melhor para alguns casos do que para outros. Considere o *voyeur*. O utilitarista sem remorso nos dirá para considerar o prazer que *ele* tem ao espionar as mulheres que não sabem da espionagem. Se ele vai embora sem mais, que dano ele causou? Por que a sua ação tem que ser condenada? A maioria das pessoas condenará o seu comportamento, apesar dos argumentos utilitaristas. O utilitarismo, como sugere Smart, não pode ser totalmente reconciliado com o senso comum. Se a teoria necessita ser reconciliada com o senso comum permanece uma questão aberta.

PENSAMENTOS CONCLUSIVOS

Se consultarmos o que Smart chama de nossa “consciência moral comum”, muitas considerações para além da utilidade parecem moralmente importantes. Mas Smart está correto em nos advertir de que não se pode confiar no “senso comum”. Essa pode ser a maior contribuição do utilitarismo. As dificuldades do senso comum moral se tornam óbvias se nós pensamos um pouco. Muitas pessoas brancas pensaram outrora que havia uma diferença importante entre brancos e negros, de tal forma que os interesses dos brancos eram de alguma forma mais importantes. Foi confiando no “senso comum” de seus dias que eles puderam insistir em que uma teoria moral adequada deveria acomodar esse “fato”. Atualmente, ninguém que valha a pena ouvir diria tal coisa, mas quem sabe quantos outros preconceitos irracionais são ainda parte de nosso senso comum moral? No final de seu estudo clássico sobre as relações raciais, *An American Dilemma*, o prêmio Nobel Gunnar Myrdal (1898-1987) relembra-nos:

Deve haver ainda outros erros incontáveis do mesmo tipo que nenhum homem vivo pode ainda detectar, devido à névoa na qual o nosso tipo de cultura ocidental nos envolve. Influências culturais têm construído as pressuposições da mente, do corpo e do universo no qual nós começamos; põem as questões

que nós perguntamos; influenciam os fatos que nós procuramos; determinam a interpretação que nós damos desses fatos; e dirige a nossa reação a essas interpretações e conclusões.

Será que as gerações futuras não olharão para trás com repugnância para o modo como pessoas ricas no século XXI aproveitavam as suas vidas confortáveis enquanto crianças do terceiro mundo morriam de doenças facilmente evitáveis? Ou para o modo como nós confinamos e abatemos animais indefesos? Em caso afirmativo, elas poderiam notar que os filósofos utilitaristas estavam à frente de seu tempo em condenar tais coisas.